



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA
COHAPAR - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ

CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA - EPP,
pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Jaracatiá, 253, Município de
Japurá - Estado do Paraná, CEP 87225-000, inscrita no CNPJ sob nº
05.326.878/0001-35, endereço eletrônico: construtorajapura@gmail.com,
representada por seu sócio administrador WILSON FAGUNDES DOS
SANTOS, brasileiro, casado, empresário, portador RG nº 5.348.037-3 SSP/PR,
inscrito no CPF sob nº 795.400.749-91, residente e domiciliado na Rua Jaracatiá
nº 136, centro, Município de Japurá - Estado do Paraná, neste ato por seu
procurador e advogado ao final assinado, com escritório profissional abaixo
destacado, onde recebe intimações, vem com o devido respeito e acatamento
perante a essa Comissão interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** pelas razões
anexas.

Nesse sentido, vem, tempestivamente, com fulcro no artigo
165 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e
Contratos Administrativos), assim como pelo Artigo 125, I, C do Regulamento
Interno de Licitações e Contratos da Cohapar - RILC, de 2023, o qual requer seja
recebido e, após analisado, reformada a decisão proferida, ou, faça-o subir à
autoridade superior devidamente informado.

Nesses termos pede e espera deferimento,

Japurá, 07 de outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES FORMIGONI
Data: 07/10/2025 10:22:32-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES FORMIGONI

ADVOGADO OAB/PR Nº 95.703



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

COHAPAR – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: CLAUDINEI SOARES DA ROVHA & CIA LTDA
OBJETO: EXECUÇÃO DE 40 UNIDADES HABITACIONAIS, DESTINADAS ÀS PESSOAS DA TERCEIRA IDADE, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, EXECUÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS, EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS COM TODOS OS SEUS COMPONENTES, EM ÁREA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ - PR
LICITAÇÃO COHAPAR Nº 18/2025 - PROTOCOLO Nº 22.981.615-2

Ilustre Presidente
Respeitável Comissão

I. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO

Em data de 15 de setembro de 2025 foi realizada reunião visando análise da proposta e dos documentos de habilitação da recorrente CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA, conforme ATA Nº 079/DELI/2025, vinculado ao Protocolo nº 22.981.615-2, Processo Licitatório nº 18/2025 – MDA.

Em data de 01 de outubro de 2025 a recorrente foi formalmente intimada acerca da Nota Técnica nº 018/2025 (mov. 282), no qual a Comissão Especial de Contratação decidiu pela inabilitação da recorrente por descumprimento do subitem 4.2.1, a.3, do Anexo II do Edital, interpondo o presente recurso em data de 07 de outubro de 2025, assim, é tempestivo o presente recurso administrativo, conforme prerrogativa expressa no item 9.1 do Edital e Artigo 125, I, C do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Cohapar – RILC.





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

Nos termos do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como pelo Artigo 125, I, C do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Cohapar – RILC, de 2023 e item 9 do presente Edital é cabível o presente recurso administrativo.

II. DA SÍNTESE DA DEMANDA

Trata-se de procedimento administrativo LICITAÇÃO COHAPAR Nº 18/2025 - PROTOCOLO Nº 22.981.615-2, tendo como objeto Execução de 40 unidades habitacionais, destinadas às pessoas da terceira idade, compreendendo a elaboração de projetos, execução das unidades habitacionais, execução de infraestrutura e equipamentos com todos os seus componentes, em área localizada no município de MARINGÁ - PR.

Consoante Nota Técnica nº 076/DELI/2025, a empresa ATS ENGENHARIA foi inabilitada, sendo procedida com a convocação das proponentes para retomada dos trabalhos, realizada no dia 02/09/2025 (mov. 224).

Considerando o empate das propostas apresentadas pelas empresas CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA. e AMBONI CONSTRUÇÕES LTDA. no valor de R\$ 9.000.000,00, consoante item 5.15, do edital, foi concedido prazo de 30 minutos para que as licitantes encaminhassem nova proposta e conforme e-mails juntados aos mov. 234 e 237, a AMBONI apresentou o valor de R\$ 8.898.342,17 e a recorrente CLAUDINEI SOARES de R\$ 8.800.000,00.

Assim, a empresa CLAUDINEI SOARES foi convocada para envio dos documentos e proposta final no prazo de 02 (duas) horas estabelecido no edital, os quais foram tempestivamente encaminhados, conforme mov. 238-269. Em seguida, o processo foi encaminhado ao Departamento de Contabilidade - DECT para análise dos requisitos de qualificação econômico-financeira. O DECT, por sua vez, emitiu a Nota Técnica nº 077/2025-DECT (mov. 272), no qual fora considerada HABILITADA.



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

Após, o processo foi remetido para a equipe técnica da Diretoria de Programas (DIPP), que solicitou diligência (mov. 274), promovida em 05/09/2025 (mov. 275), com resposta, no dia 05/09/2025, a CLAUDINEI SOARES encaminhou os documentos inseridos nos movs. 278-279, retornando o processo para análise pela equipe técnica, que emitiu a Nota Técnica 018/2025 (mov. 282), que conforme razões apontadas na Nota Técnica n.º 018/2025 (mov. 282), decidiu a Comissão Especial de Contratação pela INABILITAÇÃO da CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA., por descumprimento do subitem 4.2.1, a.3, do Anexo II do Edital.

Ocorre que a fundamentação da decisão administrativa é manifestamente equivocada e destituída de amparo fático-jurídico, uma vez que a Recorrente apresentou, tempestivamente e de forma integral, atestado de capacidade técnica juntamente com a sua respectiva Certidão de Acervo Técnico que comprova a experiência do profissional em quantitativos substancialmente superiores ao mínimo exigido no edital.

III. PRELIMINARMENTE

A. DA JUNTADA DE DOCUMENTO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS DOCUMENTOS JÁ APRESENTADOS. NECESSIDADE DE SE APURAR FATOS EXISTENTES À ÉPOCA DA ABERTURA DO CERTAME

Primeiramente, constata-se que após a entrega dos documentos para habilitação, via de regra, não é permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, no entanto, analisando o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Cohapar – RILC, de 2023, em seu Artigo 111, I, constata-se a possibilidade de juntada de novos documentos, em caso de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, assim como em caso de se apurar os fatos e documentos existentes à época da abertura do certame.

Vejamos o teor do Art. 111, I da RILC/2023:





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

Art. 111. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

Em semelhante sentido, o inciso III do art. 12 da NLL dispõe que, no processo licitatório, “o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo”. E, especificamente quanto à habilitação, o § 1º do art. 64 assegura a prerrogativa da Administração em “sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação”.

Ainda, objetivando a melhor delimitação acerca dos pressupostos e dos limites para a realização de diligências se comparado com a redação do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993, a NLL, no caput do art. 64, estabelece a possibilidade de substituição e apresentação de *novos* documentos de habilitação desde que necessário para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, conforme preconizado no Artigo 64, I da Lei 14.133/2021.

No caso em tela, a Recorrente pugna pela juntada de Certidão Explicativa emitida pelo Município de Paraíso do Norte, relacionada e em complemento ao CAT com Registro de Atestado nº 1720250003050 e Atestado de Capacidade Técnica, assim como Ofício / memorando, relacionado ao CAT com Registro de Atestado nº 4094/2021 e Atestado de Capacidade Técnica, ambos emitidos pelo Município de Cianorte.

Referidos documentos atestam a similaridade dos documentos apresentados pela Recorrente, quanto à exigência contida no presente Edital.





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

Em leading case de destaque, o TCU, no Acórdão nº 1.758/2003-Plenário, entendeu ser regular, no âmbito de procedimento licitatório, a conduta da autoridade que procedeu à juntada posterior de documentos, relacionados à necessidade de comprovação e complementação de documentos já juntados, por meio de diligência promovida com base no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

Quanto ao tema, cumpre ainda registrar entendimento do TCU acerca do inciso I do art. 64 da NLL manifestado no julgamento do Acórdão nº 1.211/2021-Plenário no sentido de que a *“vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”*.

Ainda que a menção ao dispositivo da Lei nº 14.133/2021 tenha se dado em caráter obter dictum no voto do relator¹, Ministro Walton Alencar, há que se reconhecer, conforme expressa dicção do caput e do inciso I do art. 64 da NLL, que a juntada “posterior” de documento, no contexto de averiguação das condições de habilitação do licitante, somente seria possível “em sede de diligência”, o que pressupõe um comando decisório por parte do agente de contratação decorrente de uma avaliação antecedente da documentação habilitatória então apresentada. Ou seja, será o agente de contratação quem avaliará os pressupostos concretos de incidência da possibilidade prevista no

¹ Destaca-se o seguinte trecho do voto do Ministro Walton Alencar no Acórdão nº 1.211/2021-Plenário: “Cito ainda o disposto no art. 64 da nova Lei de Licitações (Lei 14.133 de 1º de abril de 2021), que revogará a Lei 8.666/1993 após decorridos 2 anos da sua publicação oficial [...] O dispositivo reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvas a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame. Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação”.





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

art. 64, I, da NLL, de modo que o “documento novo” será produzido ou apresentado como resultado de uma diligência reputada como cabível e necessária pela Administração.

A se observar os recentes julgados do Tribunal, tem-se que tal entendimento encontra-se em vias de consolidação, dada a expressa menção ao Acórdão nº 1.211/2021-P, como referência jurisprudencial, nos Acórdãos nº 253/2023, nº 2.673/2021, nº 2.568/2021 e nº 2528/2021, todos do Plenário.

Nesse sentido, é salutar trazer à luz o teor do Enunciado nº 10 do Conselho da Justiça Federal², aprovado no 1º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, realizado em 2022:

A juntada posterior de documento referente à comprovação dos requisitos de habilitação de que trata o inciso I do art. 64 da Lei n. 14.133/2021 contempla somente os documentos necessários ao esclarecimento, à retificação e/ou complementação da documentação efetivamente apresentada/enviada pelo licitante provisoriamente vencedor, nos termos do art. 63, inciso II, da NLLCA, em conformidade com o marco temporal preclusivo previsto no regulamento e/ou no edital. [grifou-se].

Assim, diante da possibilidade legal de juntada de novos documentos, em caso de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, assim como em caso de se apurar os fatos e documentos existentes à época da abertura do certame, amparada inclusive no do Art. 111, I da RILC/2023, pugna pela juntada da respectiva certidão explicativa expedida pelo Município de Paraíso do Norte, assim como Ofício / memorando expedido pelo Município de Cianorte, que complementam os respectivos acervos técnicos já anexos na documentação de habilitação da recorrente.

² Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/licita-contat-jf>>.



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A. DO REGIME JURÍDICO APLICÁVEL

Da Nova Lei de Licitações e Contratos

Ainda que a Cohapar seja regida pela Lei nº 13.303/16 e por seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos RILC, de 2023, ainda assim é importante destacar que o presente certame também se submete às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabeleceu novo marco regulatório para as licitações e contratos administrativos, primando pelos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dos Princípios Constitucionais e Legais Aplicáveis

Aplicam-se, ainda, os seguintes princípios fundamentais:

- Legalidade (art. 37, caput, CF/88 e art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Impessoalidade (art. 37, caput, CF/88 e art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Moralidade (art. 37, caput, CF/88 e art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Publicidade (art. 37, caput, CF/88 e art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Eficiência (art. 37, caput, CF/88 e art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Interesse Público (art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Proibição Administrativa (art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Igualdade (art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Planejamento (art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Transparência (art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Eficácia (art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Segregação de Funções (art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Motivação (art. 5º da Lei 14.133/2021)
- Vinculação ao Instrumento Convocatório (art. 5º da Lei 14.133/2021)





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

- 14.133/2021)
- Julgamento Objetivo (art. 5º da Lei 14.133/2021)
 - Celeridade (art. 5º da Lei 14.133/2021)
 - Economicidade (art. 5º da Lei 14.133/2021)
 - Desenvolvimento Nacional Sustentável (art. 5º da Lei 14.133/2021)
 - Razoabilidade (art. 5º da Lei 14.133/2021)
 - Proporcionalidade (art. 5º da Lei 14.133/2021)
 - Competitividade (art. 5º da Lei 14.133/2021)

B. DA ANÁLISE DETALHADA DAS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS

Do Dispositivo Editalício Aplicável

O item 4.2 trata da capacidade técnico profissional da proponente, que em seu item 4.2.1. “a3” dispõe:

4.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:

Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado em que conste o nome dos profissionais e responsáveis técnicos indicados na Declaração de Disponibilidade, juntamente com sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou Certidão de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A) emitida pelo CAU, o qual comprove a experiência dos profissionais para a execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo da contratação conforme segue.

4.2.1. PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS:

- a.1.** Coordenador/BIM Manager, indicado na Declaração de Disponibilidade: realização de, no mínimo, 1.000,00 m² de Projeto arquitetônico;
- a.2.** Responsável Técnico – Projetos arquitetônicos, indicado na Declaração de Disponibilidade: realização de, no mínimo, 1.000,00 m² de Projeto arquitetônico para edificação em alvenaria ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo;
- a.3.** Responsável Técnico – Projeto de fundações, indicado na Declaração de Disponibilidade: realização de, no mínimo, 1.000,00 m² de Projeto de fundação para edificação em alvenaria ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo;





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

Conforme destacado, a equipe técnica da Diretoria de Programas (DIPP), solicitou diligência (mov. 274), promovida em 05/09/2025 (mov. 275), informando a recorrente que não teria sido constatado Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, juntamente com a sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), os quais comprovasse a experiência do profissional Douglas Pasian Santos de realização de, no mínimo, 1.000,00 m² de Projeto de fundação para edificação em alvenaria ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo, conforme requer o item 4.2.1., subitem a.3. do Anexo II do Edital de Licitação.

Ainda na mesma data, a recorrente, que em seus documentos de habilitação já havia apresentado referidos documentos, novamente encaminhou os documentos inseridos nos movs. 278-279, encaminhando novamente Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA/PR), acompanhada da manifestação técnica subscrita pelo Engenheiro Civil Douglas Pasian Santos, regularmente registrado junto ao respectivo Conselho sob o nº 151769-D, em estrito cumprimento à diligência formulada pela comissão, por meio eletrônico, conforme destacamos:

Construtora Japurá <construtorajapura@gmail.com>
Para: Licitacao Cohapar <licitacao@cohapar.pr.gov.br>

5 de setembro de 2025 às 15:08

Boa Tarde.

Encaminha-se, por meio do presente, a Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA/PR), acompanhada da **manifestação técnica subscrita pelo Engenheiro Civil Douglas Pasian Santos**, regularmente registrado junto ao respectivo Conselho sob o nº 151769-D, em estrito cumprimento à diligência formulada por esta Administração, por meio eletrônico.

A documentação ora apresentada tem por finalidade atender aos requisitos de habilitação técnica exigidos no âmbito do certame licitatório em epígrafe, especialmente no que tange à comprovação da experiência profissional do referido responsável técnico, de realização de, no mínimo, 1.000,00 m² de Projeto de fundação para edificação em alvenaria ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo, conforme requer o item 4.2.1., subitem a.3. do Anexo II do Edital de Licitação. , conforme expressamente previsto nas cláusulas e condições estabelecidas no edital convocatório e demais normativos que regem a presente licitação.

Atenciosamente.

Tiago Artoni Fávaro.



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A





Claudinei Soares Da Rocha & Cia Ltda

Construtorajapura@gmail.com
RUA JARACATIÁ, N° 253-A - CENTRO - CEP 87.225-000
FONE - (44) 3635-1139 e (44) 3635-1453
CNPJ 05.326.878/0001-35 - INSC. EST. 901.04173-30
JAPURÁ - PARANÁ
www.constutorajapura.com.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos

 **OFÍCIO Nº 023-2025 - PDF.pdf**
503K

 **ACERVO TÉCNICO.pdf**
2567K

Ainda nessa oportunidade, a recorrente apresentou esclarecimentos técnicos em atenção à diligência solicitada no âmbito da Licitação LC 18/2025 - ID 1069979, expondo de forma clara e precisa que os certificados de acervo técnico apresentados contemplariam os serviços de elaboração de projetos estruturais, os quais abrangem os elementos fundamentais da estrutura da edificação, tais como fundação, pilares, vigas e laje, estando, portanto, integralmente compreendidos no escopo de um projeto estrutural, juntando aos autos o respectivo CAT com Registro de Atestado nº 1720250003050, assim como o Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Paraíso do Norte, assim como o CAT com Registro de Atestado nº 4094/2021 assim como o Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Cianorte.

Ato posterior, o processo fora encaminhado para análise pela equipe técnica, que emitiu a Nota Técnica 018/2025 (mov. 282), abaixo reproduzida:

NÃO (1): Não foi apresentado Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, juntamente com a sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), que

comproven a experiência do profissional Douglas Pasian Santos de realização de, no mínimo, 1.000,00 m² de Projeto de fundação para edificação em alvenaria ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo, conforme requer o item 4.2.1., subitem a.3. do Anexo II do Edital de Licitação.

Conclui-se, portanto, que a empresa CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA (CONSTRUTORA JAPURÁ) NÃO CUMPRIU os requisitos acima.



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

5. DECISÃO

Assim, pelas razões apontadas na Nota Técnica n.º 018/2025 (mov. 282), decide a Comissão Especial de Contratação pela **INABILITAÇÃO** da **CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA.**, por descumprimento do subitem 4.2.1, a.3, do Anexo II do Edital.

Com todo respeito, referida decisão carece de reforma.

Expomos:

O objeto do presente certame é a Construção / Execução de 40 unidades habitacionais, compreendendo a elaboração de projetos, execução das unidades habitacionais, execução de infraestrutura e equipamentos com todos os seus componentes.

Numa simples análise quanto ao teor da Certidão de Acervo Técnico n.º 4094/2021, tendo como contratante o Município de Cianorte, tem como objeto a realização de projeto e posterior execução de 401 (quatrocentos e uma) unidades habitacionais, que notoriamente engloba a execução de todos os projetos estruturais, assim como toda a infraestrutura e equipamentos com todos os seus componentes, dentre eles projeto de fundação para edificação em alvenaria ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo em quantidade muito superior a 1.000 m².

Vejamos:



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n.º 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO

4094/2021

Atividade concluída

Atividade Técnica: 1- Execução de obra, Projeto arquitetônico de edificação de alvenaria, 18162 M2; 2- Projeto de estrutura de concreto armado, 18162 M2; 3- Projeto de instalações elétricas em baixa tensão para fins residenciais, 18162 M2; 4- Projeto de sistema de água potável, 18162 M2; 5- Projeto de instalação de sistema de esgoto sanitário, 18162 M2; 6- Projeto de acessibilidade de edificação para fins residenciais, 18162 M2

Observações:

401 UHS, sendo 388 UHS padrão com 45,13m² e 13 UHS adaptáveis para PNE com 50,12m²





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

- **Responsável Técnico:**

Douglas Pasian Santos
Engenheiro Civil – CREA-PR 151769/D
RNP: 1715123239

- **Serviços Realizados:**

Projeto e execução de 401 unidades habitacionais, sendo 388 de modelo padrão com 45,13m² e 13 de modelo adaptável com 50,12m², totalizando 18.162,00m²; Rede de distribuição de água potável com extensão de 7.747,00m; 3.286,30m de rede de galeria de águas pluviais; Pavimentação asfáltica com 27.601,03m²; Sinalização vertical com 111 unidades; Pintura de 1.904,77m² de faixa de sinalização horizontal; 9.676,80m² de muro de arrimo com 3.091,02m² de guarda-corpo de proteção.

Situação semelhante quando analisamos o teor do Atestado de Acervo Técnico 172025003050, relacionado à execução de 147 (cento e quarenta e sete) unidades habitacionais em Paraíso do Norte, conforme segue:



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

**CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO**

1720250003050

Atividade concluída

Atividade Técnica: 1- Execução de obra, Projeto arquitetônico de edificação de alvenaria, 6664,05 M2; 2- Projeto de estrutura de concreto armado, 6664,05 M2; 3- Projeto de instalações elétricas em baixa tensão para fins residenciais, 6664,05 M2; 4- Projeto de sistema de água potável, 6664,05 M2; 5- Projeto de instalação de sistema de esgoto sanitário, 6664,05 M2; 6- Projeto de acessibilidade de edificação para fins residenciais, 300,72 M2

2. Atividades/serviços que efetivamente desenvolveu:

Projeto e execução de 147 unidades habitacionais, sendo 141 de modelo padrão com 45,13m² e 06 de modelo adaptável com 50,12m², totalizando 6.664,05m².

Dentre os projetos, englobam o arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário e de acessibilidade.

Objetivando dar maior esclarecimentos, a recorrente requereu aos emitentes dos respectivos acervos e atestados a expedição / emissão de certidão explicativa / ofício / memorando, atestando de forma clara e objetivo a capacidade técnica questionada, no qual frisa-se, é perfeitamente permitida visando complementação de documentação já anexa, assim como objetivando





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

averiguação por diligência, conforme expressamente permitido pelo artigo 111, I da RILC – Cohapar.

Analisando referidos documentos, é notória a similaridade entre o objeto do presente questionamento e o apontamento realizado pelos Municípios emitentes dos respectivos atestados de capacidade técnica, atestando de forma clara e objetiva o cumprimento da exigência contida e debatida no presente procedimento.

Vejamos:



PREFEITURA DE CIANORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

OFÍCIO Nº 138/2025/SMDU

Cianorte, 07 de outubro de 2025.

A
Claudinei Soares da Rocha & Cia LTDA
A/C do Senhor Tiago Artoni Favaro
Japurá - PR

Assunto: Complementação Atestado de Recebimento de Obra

Prezados,

Em resposta a solicitação de esclarecimentos recebido por e-mail na data de hoje, complementarmente ao ATESTADO DE RECEBIMENTO DE OBRA, emitido pela Prefeitura do Município de Cianorte, em 19 de julho de 2021, referente as obras localizada no Residencial Recanto Verde, neste município, que em relação a estrutura das unidades habitacionais, trata-se de construção convencional, composta por fundações, pilares, vigas e lajes em concreto armado, moldados "in loco" com área de 18.162,00 metros quadrados, englobando ainda a execução de Projetos estruturais, inclusive de fundação para edificações em alvenaria, na área acima destacada.



fernandoformigoniadvocacia@gmail.com



+55 044 9 9836-5773
+55 044 3635-1226



RUA SAQUAREMA 27 - CENTRO - JAPURÁ
PARANÁ - CEP 87225-000

OAB/PR 95.703



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE

Departamento de Engenharia

Avenida Tapejara, 88 – Centro – Cx. Postal nº 91 - CEP 87.780-000 - Fone: (044) 3431 8000

Paraíso do Norte – Estado do Paraná - CNPJ: 75.476.556/0001-58

www.paraissodonorte.pr.gov.br - e-mail: engenharia@paraissodonorte.pr.gov.br
urbanismo@paraissodonorte.pr.gov.br

CERTIDÃO EXPLICATIVA

A Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, inscrita no CNPJ sob o nº 75.476.556/0001-58, com sede à Avenida Tapejara, nº 88, Centro, Paraíso do Norte – PR, neste ato representada pelo Sr. Lucas Fernando de Oliveira Barcelos Bica, vem, por meio desta, certificar e esclarecer o que segue:

Trata-se da complementação do Atestado de Recebimento de Obra, datado de 14 de maio de 2025, emitido em nome da empresa Claudinei Soares da Rocha & Cia Ltda, tendo como responsável técnico o Engenheiro Douglas Pasian Santos, CREA nº 151769/D, referente às obras do Residencial Esperança, localizado na cidade de Paraíso do Norte – PR, CEP 87.780-000, conforme Contrato nº 50/2021 e Concorrência Pública nº 02/2021.

No referido empreendimento, foram executados diversos serviços, conforme consta tanto no Atestado de Recebimento de Obras quanto na Certidão de Acervo Técnico – CAT nº 1720250003050.

Dentre os serviços executados, certificamos que os serviços relacionados ao projeto de estrutura de concreto armado, com área total de 6.664,05 m², referem-se à elaboração de projetos estruturais, dentre os quais: Projeto de Fundação para edificações em alvenaria, compreendendo os elementos fundamentais da estrutura da edificação, tais como fundações, pilares, vigas e lajes, atendendo aos critérios técnicos e normativos aplicáveis.

Sem delongas, os atestados apresentados pela Recorrente foram instruído com as documentações pertinentes, cumprindo integralmente a exigência.

Enfim, a ecorrente comprovou ter executado serviços pertinentes e compatíveis com o objeto do presente certame, assim, a decisão proferida viola





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

ao princípio da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e dano à competitividade.

É cediço que a licitação é procedimento formal e que o administrador deve atender ao princípio da vinculação do edital. Contudo, as exigências editalícias, principalmente aquelas pertinentes à habilitação das licitantes, devem sempre se mostrar imprescindíveis, evitando-se o excesso de formalismo e priorizando a competitividade, sob pena de implicar em prejuízos ao interesse público, em razão da restrição do número de concorrentes.

Celso Antonio Bandeira de Mello³, reportando-se à fase de habilitação, mas cuja premissa amolda-se perfeitamente à situação trazida a lume, alerta:

Na fase de habilitação a promotora do certame deve se abster de exigências ou rigorismo inúteis. Isto bem se entende à vista das considerações enunciadas em acórdão que, no dizer do eminente Adílson Dallari, já se tornou clássico: "Visa a concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão deste escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório".

A jurisprudência é clara nesse sentido, vejamos:

REEXAME NECESSÁRIO- APELAÇÃO CIVEL -
MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO -
CONCORRÊNCIA - INABILITAÇÃO - ALEGAÇÃO DE
NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E CERTIDÃO DE
ACERVO TÉCNICO, CONFORME EXIGÊNCIAS

³ (Curso de Direito Administrativo, 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 606).



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

EDITALÍCIAS - LICITANTE QUE COMPROVOU TER EXECUTADO SERVIÇOS PERTINENTES E COMPATÍVEIS - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE, ISONOMIA E DANO À COMPETITIVIDADE - DIREITO LÍQUIDO E CERTO CARACTERIZADO, EMPRESA HABILITADA PARA PROSSEGUIR NO CERTAME - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. *Verificado que a empresa licitante atingiu a finalidade visada pelos requisitos estabelecidos no edital, é de ser garantida a sua participação em todas as etapas do certame. 'O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação (STJ, MS n. 5.693/DF R, Min. Nilton Luiz Pereira)' (TJSC, ACMS n. 2003.015947-9, rel . Des. Luiz César Medeiros) (TJSC, RN n. 0502450-24.2012 .8.24.0023, deste relator, j. 23-06-2016). (TJ-MT 10072420620208110003 MT, Relator.: GILBERTO LOPES BUSSIKI, Data de Julgamento: 10/05/2022, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 14/06/2022).*

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA. LICITANTE DESCLASSIFICADA POR APRESENTAR DECLARAÇÃO COM RECONHECIMENTO DE FIRMA POR SEMELHANÇA E NÃO POR AUTENTICAÇÃO. EXIGÊNCIA OMISSA NO EDITAL. DECISÃO EM DESCONFORMIDADE COM AS REGRAS EDITALÍCIAS. EXCESSO DE FORMALISMO. SUSPEITA DE FALSIDADE OU FRAUDE NÃO EVIDENCIADA. BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA COMPETITIVIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA CONCESSIVA DA ORDEM CONFIRMADA. (TJSC, [Reexame Necessário n. 0300319-](#)





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

[93.2014.8.24.0054](#), de Rio do Sul, rel. Des. Edegar Gruber, j. 23-06-2016).

Portanto, os acervos técnicos anexos pela recorrente comprovam que a mesma detém aptidão para a execução da obra objeto do presente certame, comprovando que a mesma satisfaz a exigência do edital, sendo ilegal a decisão de inabilitação da recorrente por descumprir o subitem 4.2.1, a.3, do Anexo II do instrumento convocatório.

Assim, a decisão de inabilitação ignora requisito editalício atendido de forma plena, configurando violação ao princípio da vinculação ao edital (art. 5º, caput, Lei 14.133/21) e também ao princípio da competitividade, uma vez que afastou licitante que comprovou sua capacidade técnica nos termos estabelecidos pela Administração, portanto, conforme se demonstra, os documentos apresentados pela Recorrente atendem INTEGRALMENTE a todas as exigências editalícias.

C. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Da Interpretação Sistemática das Cláusulas Editalícias

Nos termos do art. 40, § 1º da Lei 14.133/2021, o edital deve definir as regras de participação de forma clara, precisa e objetiva, vedando exigências desproporcionais, irrelevantes ou desnecessárias para o objeto do contrato.

A interpretação das cláusulas edilícias deve observar os critérios hermenêuticos consagrados pela jurisprudência pátria, privilegiando-se:

- Interpretação restritiva das exigências habilitatórias
- Finalidade do requisito (demonstração da capacidade técnica)
- Razoabilidade e proporcionalidade das exigências
- Isonomia entre os licitantes



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório implica que, em um certame licitatório, o edital se torna lei interna da licitação, traçando as diretrizes para sua realização, fixando as condições para participação dos interessados, e estabelecendo o processamento adequado à apreciação e julgamento das propostas. Portanto, é indispensável que as próprias autoridades administrativas respeitem as regras do jogo.

Com efeito, o julgamento deve estar pautado naquilo que foi previamente estabelecido no ato convocatório, sob pena de macular o ato decisório de vício irremediável.

Resta óbvio que as propostas que não atendam às exigências legais e editalícias não podem ser objeto de avaliação do ponto de vista da sua vantajosidade, no entanto, analisando os documentos de habilitação da recorrente, notoriamente os mesmos atendem as normativas e diretrizes expressas do edital, culminando assim, na necessidade de reforma da decisão proferida.

Por outro lado, o princípio da vinculação ao edital, em seu antagonismo, clama pela inabilitação somente de licitantes que não apresentem documentos essenciais, o que não é o presente caso, eis que a recorrente apresentou os documentos exigidos no Edital, ademais, o Tribunal de Contas da União defende que *falhas meramente formais não devem resultar em inabilitação automática, permitindo que a comissão julgadora promova diligências para esclarecer dúvidas ou complementar o processo (TCU - ACÓRDÃO 3340/2015 – PLENÁRIO)*.

Portanto, a aplicação do formalismo moderado é fundamental para que as contratações públicas atendam ao propósito maior da Lei de Licitações. Essa perspectiva não só é válida, como também necessária para a eficácia das práticas licitatórias e a eficiência nas contratações públicas.

No momento da prática do ato de habilitação/inabilitação, o agente público responsável, deve sopesar a prática do ato e suas consequências, ou seja, ser razoável na sua conduta, primando pelo interesse público.



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

Da Substância sobre a Forma

A jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores e Tribunais de Contas estabelece que deve prevalecer a análise substancial da documentação apresentada, evitando-se o formalismo exacerbado que compromete a competitividade do certame.

D. DA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Do Tribunal de Contas da União possui jurisprudência consolidada sobre a matéria, conforme destacamos:

Acórdão TCU nº 2.314/2019 – Plenário: "Não se pode inabilitar licitante por formalismo exacerbado, devendo prevalecer a análise do conteúdo que efetivamente comprova a capacidade técnica da empresa para execução do objeto contratual."

Acórdão TCU nº 1.568/2020 – Plenário: "A interpretação das cláusulas editalícias deve ser feita de forma a prestigiar a competitividade, evitando-se exigências meramente formais que não contribuem para a seleção da proposta mais vantajosa."

Acórdão TCU nº 3.070/2018 – Plenário: "O atestado de capacidade técnica deve ser analisado pelo seu conteúdo substancial, não por aspectos meramente formais, desde que demonstre inequivocamente a experiência exigida."

A mesma forma, merece destaque o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

REsp 1.431.874/PR, Rel. Min. Herman Benjamin: "O princípio da razoabilidade impõe que a Administração analise a documentação habilitatória com foco na sua finalidade precípua: a



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

demonstração da capacidade técnica, jurídica e econômico-financeira do licitante."

REsp 1.295.346/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho: "A inabilitação de licitante deve ser medida excepcional, aplicada apenas quando inequívoca a ausência ou inadequação da documentação exigida."

Do mesmo sentido, frisa-se o entendimento dos Tribunais de Justiça Estaduais, conforme segue:

TJSP - Apelação nº 1004824-04.2018.8.26.0053: "A habilitação em licitação pública deve ser analisada com base no atendimento substancial aos requisitos editalícios, vedado o formalismo excessivo que compromete a finalidade do instituto."

Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos) destaca:

"A habilitação visa à demonstração de que o licitante dispõe de condições para satisfatoriamente executar a prestação. (...) Não se admite formalismo exacerbado na análise dos documentos habilitatórios."

Para o mestre Joel de Menezes Niebuhr, em sua obra (Licitação Pública e Contrato Administrativo aduz de forma clara:

"..."O julgamento da habilitação deve pautar-se pela substância dos documentos apresentados, e não por aspectos meramente formais."

Enfim, a habilitação em licitação pública deve ser analisada com base no atendimento substancial aos requisitos editalícios, vedado o formalismo excessivo que compromete a finalidade do instituto.



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

Não menos importante, é de destacar que eventuais exigências demasiadas e rigorismos exacerbados com a boa exegese da lei devem ser afastados. Nesse sentido, nossos Tribunais são claros:

REEXAME NECESSÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – VENCEDORA NA FASE DOS LANCES – INABILITADA NA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS – EXCLUSÃO DE LICITANTE DO CERTAME POR ERRO MATERIAL EM CERTIDÃO – VICIO FACILMENTE SANÁVEL – EXCESSO DE FORMALISMO – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – DIREITO LÍQUIDO E CERTO COMPROVADO – SENTENÇA RATIFICADA. *Em respeito ao art. 37, XXI, da Constituição Federal, as exigências editalícias para participar de licitação não podem restringir a competitividade e, mais, devem observar os princípios da isonomia e da razoabilidade na busca da proposta mais vantajosa à Administração Pública. O procedimento licitatório é baseado na rígida observância de seus regramentos, mas não se pode olvidar que o objetivo do referido processo é garantir que a Administração adquira bens e serviços de acordo com a proposta mais vantajosa e conveniente. As exigências demasiadas e rigorismos exacerbados com a boa exegese da lei devem ser afastados. (TJ-MT 10045224020188110002 MT, Relator.: MARCIO APARECIDO GUEDES, Data de Julgamento: 05/04/2021, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 12/04/2021).*

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça do Paraná:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. TOMADA DE PREÇO 39/2019. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA/ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA BILHETERIA E SANITÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DA CAIXA D'ÁGUA PRÉ-MOLDADA DO ESTÁDIO WILLIE DAVIDS .





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

CONCORRENTES QUE NÃO APRESENTARAM O COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO SEGURO GARANTIA, EM AFRONTA AO ITEM 3.2.2, ALÍNEA C DO EDITAL, PORÉM APRESENTARAM O SEGURO GARANTIA. EXIGÊNCIA ILÍCITA, DESARRAZOADA E DESPROPORCIONAL . DOCUMENTO DE NATUREZA COMPLEMENTAR E, PORTANTO, PRESCINDÍVEL, EVIDENCIANDO EXCESSO DE FORMALISMO POR PARTE DO PODER PÚBLICO. POSSIBILIDADE DE A ADMINISTRAÇÃO EMPREENDER DILIGÊNCIAS DESTINADAS AO ESCLARECIMENTO OU À COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, PREVISTA NO § 3º, DO ART. 43, DA LEI DE LICITAÇÕES. 1 . As empresas concorrentes apresentaram as apólices do seguro garantia no momento correto da Tomada de Preços. Por consequência, os comprovantes de pagamento não podem ser interpretados como documentos que deveriam constar originariamente da proposta, cuja inclusão é vedada nos termos do art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 . Isto porque as apólices de seguro garantia já existiam à época, faltava apenas a juntada do comprovante de pagamento. Pois, o contrato de seguro prova-se com a exibição da apólice ou do bilhete de seguro, a, na falta deles por documento comprobatório do pagamento do respectivo prêmio. 2. A Lei de Licitação no citado parágrafo § 3º do art . 43 autoriza a Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, tal como ocorreu no presente caso. RECURSO PROVIDO. (TJPR - 5ª C.Cível - 0061908-76 .2019.8.16.0000 - Maringá - Rel .: Desembargador Nilson Mizuta - J. 22.06.2020) (TJ-PR - AI: 00619087620198160000 PR 0061908-76 .2019.8.16.0000 (Acórdão), Relator.: Desembargador Nilson Mizuta, Data de Julgamento: 22/06/2020, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/06/2020).

A decisão impugnada viola frontalmente o princípio da razoabilidade, uma vez que inabilita empresa que apresentou documentação





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

apta a comprovar sua capacidade técnica, baseando-se em interpretação excessivamente formal e descolada da finalidade do requisito, ademais, a desproporcionalidade da medida é evidente, pois a inabilitação é consequência extremamente gravosa para uma alegada falha documental inexistente, configurando clara desproporcionalidade entre o meio e o fim.

Por fim, a eficiência administrativa impõe que se privilegie a substância sobre a forma, evitando-se decisões que, baseadas em rigor formal excessivo, comprometam a finalidade última do procedimento licitatório.

Assim, considerando que o interesse público recomenda a máxima competitividade nos certames e que a exclusão indevida de licitante capacitado compromete a economicidade do procedimento, sendo notório que a manutenção da inabilitação causa prejuízo irreparável à Recorrente e ao próprio certame, é de rigor a reforma da r. decisão proferida, habilitando a recorrente no presente certame, por ser medida de J U S T I Ç A.

Por derradeiro, ADVERTE-SE que eventual manutenção da decisão impugnada, sem a devida fundamentação jurídica, poderá caracterizar ato de improbidade administrativa, conforme preconizado na Lei 8.429/92), assim como eventual responsabilidade por danos causados ao erário e aos licitantes, além d nulidade do procedimento licitatório.

IV. DOS PEDIDOS

Pelos fundamentos jurídicos, doutrinários e jurisprudenciais expostos, os quais demonstram de forma inequívoca o direito líquido e certo da Recorrente à habilitação no certame, REQUER:

- a. O conhecimento do presente recurso, eis que tempestivo e em conformidade com o art. 165, § 1º da Lei 14.133/2021 e Artigo 125, I, C do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Cohapar – RILC;
- b. REQUER, ainda, seja o presente AUTUADO, PROTOCOLADO e PROCESSADO na forma legal, com





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

a INTIMAÇÃO da decisão pelos meios indicados no preâmbulo, procedendo com a intimação das demais licitantes acerca do presente recurso para que querendo, apresentem suas contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão;

- c. Pugna pela juntada da respectiva certidão explicativa expedida pelo Município de Paraíso do Norte, assim como Ofício / memorando expedido pelo Município de Cianorte, que complementam os respectivos acervos técnicos já anexos na documentação de habilitação da recorrente, nos termos do Art. 111, I da RILC/2023;
- d. Requer a concessão de efeito suspensivo no presente certame, nos termos do Art. 128, § 1º da RILC/2023;
- e. No mérito, seja dado provimento ao presente recurso, promovendo-se a reforma da r. decisão proferida, mantendo a habilitação da recorrente, em observância aos Princípios da Legalidade, da Igualdade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório;
- f. Caso não seja esse o entendimento, seja o presente recurso encaminhado junto a autoridade superior, nos termos do §2º do art. 125 do RILC⁴, o processo será remetido à Autoridade Competente para decisão.;

Nesses termos pede e espera deferimento,

J



Documento assinado digitalmente

FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES FORMIGONI

Data: 07/10/2025 10:23:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES FORMIGONI

ADVOGADO OAB/PR Nº 95.703

⁴ Art. 125 Dos atos da COHAPAR decorrentes da aplicação deste RILC, cabe: I - recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: (...) § 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

OUTORGANTES:

CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.326.878/0001-35, com sede na Rua Jaracatiá, n.º 244, Centro, na cidade de Japurá, Estado do Paraná, CEP: 87.225-000, nesta ato representada por seu sócio administrador **WILSON FAGUNDES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 5.348.037-3 SSP/PR e do CPF: 795.400.749-91, residente e domiciliado na Rua Jaracatiá nº 136, centro, na cidade de Japurá, Estado do Paraná.

OUTORGADO:

FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES FORMIGONI, brasileiro casado, inscrito na OAB Seção do Paraná, sob o nº 95.703, RG nº 7.651.341-4, CPF/MF 036.346.019-57, com escritório profissional a Rua Saquarema, 27, CEP 87225-000, Fone (044) 3635-1226, no Município de Japurá, Estado do Paraná.

PODERES:

Poderes: Confere (em) amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad judicia*", a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, propor quaisquer ações, defender-me (nos) nas que (me) (nos) forem propostas, cíveis ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber levantar valores em juízo (inclusive através de alvará) e dar quitação, firmar compromissos, requerer vista e documentos perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquias ou entidade paraestatal, propondo Ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), na condição de requerido/reclamada(s) bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom.

Japurá, 28 de setembro de 2021.

CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA
WILSON FAGUNDES DOS SANTOS

05.326.878/0001-35
CLAUDINEI SOARES DA ROCHA
& CIA. LTDA.
RUA JARACATIÁ, 244 - CENTRO
CEP. 87225-000



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA				Protocolo: PRC2503970310	
NIRE : 41204898491 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41204898491		CNPJ 05.326.878/0001-35		Data de Ato Constitutivo 09/10/2002	
Início de Atividade 01/11/2002					
Endereço Completo Rua JARACATIA, Nº 244, CENTRO - Japurá/PR - CEP 87225-000					
Objeto Social CONSTRUCAO DE EDIFICACOES, FUNDACOES, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTACOES, ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO, INCORPORACAO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E SERVICOS DE ENGENHARIA (PERICIAS E AVALIACOES).					
Capital Social R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais)				Porte Demais	
Capital Integralizado R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais)				Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio					
Nome CLAUDINEI SOARES DA ROCHA		CPF/CNPJ 023.076.819-90		Participação no capital R\$ 9.000,00	
Nome WILSON FAGUNDES DOS SANTOS		CPF/CNPJ 795.400.749-91		Participação no capital R\$ 891.000,00	
Nome CLAUDINEI SOARES DA ROCHA		CPF 023.076.819-90		Termínio do mandato Indeterminado	
Nome WILSON FAGUNDES DOS SANTOS		CPF 795.400.749-91		Termínio do mandato Indeterminado	
Dados do Administrador					
Nome CLAUDINEI SOARES DA ROCHA		CPF 023.076.819-90		Termínio do mandato Indeterminado	
Nome WILSON FAGUNDES DOS SANTOS		CPF 795.400.749-91		Termínio do mandato Indeterminado	
Último Arquivamento				Situação	
Data 16/01/2023		Número 20230278574		ATIVA	
Ato/eventos 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO				Status SEM STATUS	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 15/09/2025, às 15:25:28 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafcil.pr.gov.br>, com o código 97G0GHGU.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário-Geral





FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
WILSON FAGUNDES DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
5348037-3 SESP PR

CPF
795.400.749-91

DATA NASCIMENTO
06/07/1971

FILIAÇÃO
**JOAO FAGUNDES DOS SANTOS
AURORA MAGIONI DOS SANTOS**

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AC

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO
00854033993 12/09/2024 17/07/1989

OBSERVAÇÕES

LOCAL ASSINATURA DO PORTADOR DATA EMISSÃO
JAPURA, PR 12/09/2019

ASSINATURA DO EMISSOR
**57816963201
PR917017897**

PARANÁ

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1935823322

PROIBIDO PLASTIFICAR
1935823322



FERNANDO FORMIGONI

A D V O C A C I A





PREFEITURA DE CIANORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

OFÍCIO Nº 138/2025/SMDU

Cianorte, 07 de outubro de 2025.

A

Claudinei Soares da Rocha & Cia LTDA
A/C do Senhor Tiago Artoni Favaro
Japurá - PR

Assunto: Complementação Atestado de Recebimento de Obra

Prezados,

Em resposta a solicitação de esclarecimentos recebido por e-mail na data de hoje, complementarmente ao ATESTADO DE RECEBIMENTO DE OBRA, emitido pela Prefeitura do Município de Cianorte, em 19 de julho de 2021, referente as obras localizada no Residencial Recanto Verde, neste município, que em relação a estrutura das unidades habitacionais, trata-se de construção convencional, composta por fundações, pilares, vigas e lajes em concreto armado, moldados "in loco" com área de 18.162,00 metros quadrados, englobando ainda a execução de Projetos estruturais, inclusive de fundação para edificações em alvenaria, na área acima destacada.

Permanecemos à disposição.

Atenciosamente,

**Algacir
Bortolato**

Assinado de
forma digital por
Algacir Bortolato
Dados: 2025.10.07
09:16:45 -03'00'

ALGACIR BORTOLATO

Engenheiro Civil

Chefe da Divisão de Habitação e Urbanismo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE

Departamento de Engenharia

Avenida Tapejara, 88 – Centro – Cx. Postal nº 91 - CEP 87.780-000 - Fone: (044) 3431 8000

Paraíso do Norte – Estado do Paraná - CNPJ: 75.476.556/0001-58

www.paraísodonorte.pr.gov.br - e-mail: engenharia@paraísodonorte.pr.gov.br
urbanismo@paraísodonorte.pr.gov.br

CERTIDÃO EXPLICATIVA

A Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, inscrita no CNPJ sob o nº 75.476.556/0001-58, com sede à Avenida Tapejara, nº 88, Centro, Paraíso do Norte – PR, neste ato representada pelo Sr. Lucas Fernando de Oliveira Barcelos Bica, vem, por meio desta, certificar e esclarecer o que segue:

Trata-se da complementação do Atestado de Recebimento de Obra, datado de 14 de maio de 2025, emitido em nome da empresa Claudinei Soares da Rocha & Cia Ltda, tendo como responsável técnico o Engenheiro Douglas Pasian Santos, CREA nº 151769/D, referente às obras do Residencial Esperança, localizado na cidade de Paraíso do Norte – PR, CEP 87.780-000, conforme Contrato nº 50/2021 e Concorrência Pública nº 02/2021.

No referido empreendimento, foram executados diversos serviços, conforme consta tanto no Atestado de Recebimento de Obras quanto na Certidão de Acervo Técnico – CAT nº 1720250003050.

Dentre os serviços executados, certificamos que os serviços relacionados ao projeto de estrutura de concreto armado, com área total de 6.664,05 m², referem-se à elaboração de projetos estruturais, dentre os quais: Projeto de Fundação para edificações em alvenaria, compreendendo os elementos fundamentais da estrutura da edificação, tais como fundações, pilares, vigas e lajes, atendendo aos critérios técnicos e normativos aplicáveis.

Paraíso do Norte, 07 de outubro de 2025.








LUCAS FERNANDO
DE OLIVEIRA
BARCELOS
BICA:07422413948

Assinado de forma digital por
LUCAS FERNANDO DE
OLIVEIRA BARCELOS
BICA:07422413948
Dados: 2025.10.07 08:49:49
-03'00'








Lucas F. de Oliveira Barcelos Bica
Engenheiro Civil
CREA 188298-D

	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO		
	CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN		
	2 e 1 NOME E SOBRENOME WILSON FAGUNDES DOS SANTOS	1ª HABILITAÇÃO 17/07/1989	
	3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 06/07/1971, JAPURA, PR		
	4a DATA EMISSÃO 19/09/2024	4b VALIDADE 19/08/2029	ACC 
	4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF 53480373 SESP PR		
	4d CPF: 795.400.749-91	5 Nº REGISTRO 00854033993	3 CAT HAB AC
	NACIONALIDADE BRASILEIRO(A)		
	FILIAÇÃO: JOAO FAGUNDES DOS SANTOS		
AURORA MAGIONI DOS SANTOS			
7 ASSINATURA DO PORTADOR			

9
10
11
12

ACC 			
A 		19/08/2029	
A1 			
B 		19/08/2029	
B1 			
C 		19/08/2029	
C1 			

9
10
11
12

D 			
D1 			
BE 			
CE 			
C1E 			
DE 			
D1E 			

12 OBSERVAÇÕES _____

A _____

LOCAL _____

CURITIBA, PR: _____

ASSINADO DIGITALMENTE _____

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

53045601046

PR926108132

PARANÁ

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAM

2. 1. Nome e Sobrenome / Name and surname / Nome e Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filialion / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA008540339<936<<<<<<<<<
7107067M2908199BRA<<<<<<<<8
WILSON<<FAGUNDES<DOS<SANTOS<<

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA			Protocolo: PRC2503970310		
NIRE : 41204898491 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41204898491		CNPJ 05.326.878/0001-35	Data de Ato Constitutivo 09/10/2002	Início de Atividade 01/11/2002	
Endereço Completo Rua JARACATIA, Nº 244, CENTRO - Japurá/PR - CEP 87225-000					
Objeto Social CONSTRUCAO DE EDIFICACOES, FUNDACOES, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTACOES, ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO, INCORPORACAO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E SERVICOS DE ENGENHARIA (PERICIAS E AVALIACOES).					
Capital Social R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais)			Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado
Capital Integralizado R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais)					
Dados do Sócio					
Nome CLAUDINEI SOARES DA ROCHA	CPF/CNPJ 023.076.819-90	Participação no capital R\$ 9.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S	Término do mandato Indeterminado
Nome WILSON FAGUNDES DOS SANTOS	CPF/CNPJ 795.400.749-91	Participação no capital R\$ 891.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S	Término do mandato Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome CLAUDINEI SOARES DA ROCHA	CPF 023.076.819-90	Término do mandato Indeterminado			
Nome WILSON FAGUNDES DOS SANTOS	CPF 795.400.749-91	Término do mandato Indeterminado			
Último Arquivamento					Situação ATIVA
Data 16/01/2023	Número 20230278574	Ato/eventos 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO			Status SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 15/09/2025, às 15:25:28 (horário de Brasília).

Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código 97G0GHGU.

Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário-Geral



Construtora Japurá <construtorajapura@gmail.com>

LC 18/2025 - ID 1069979 - DILIGÊNCIA

3 mensagens

Licitacao Cohapar <licitacao@cohapar.pr.gov.br>
Para: construtorajapura@gmail.com

5 de setembro de 2025 às 11:55

***** GENTILEZA CONFIRMAR RECEBIMENTO *****

De: Departamento de Licitação
Para: CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA.

Ref.: LC 18/2025 - ID 1069979 - DILIGÊNCIA

Objeto: Execução de 40 unidades habitacionais, destinadas às pessoas da terceira idade, compreendendo a elaboração de projetos, execução das unidades habitacionais, execução de infraestrutura e equipamentos com todos os seus componentes, em área localizada no município de MARINGÁ/PR.

Prezados,
Bom dia!

Solicitamos, em caráter de **URGÊNCIA** e de **DILIGÊNCIA**, o atendimento ao solicitado pela Área Técnica:

Não foi constatado Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, juntamente com a sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), os quais comprovem a experiência do profissional Douglas Pasian Santos de realização de, no mínimo, 1.000,00 m² de Projeto de fundação para edificação em alvenaria ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo, conforme requer o item 4.2.1., subitem a.3. do Anexo II do Edital de Licitação.

Prazo para atendimento: 1 (um) dia útil, ou seja, até o dia **08/09/2025**.

Cordialmente,

**Ana Paula de Azevedo Martins**

Agente Administrativo
DELI - Departamento de Licitação

(41)3312-5672 | paulaazevedo@cohapar.pr.gov.br
<http://www.cohapar.pr.gov.br/>

**Elizabeth Maria Bassetto**

Gerente de Departamento
DELI - Departamento de Licitação

(41)3312-5685 | licitacao@cohapar.pr.gov.br
<http://www.cohapar.pr.gov.br/>

**Licitacao Cohapar**

(41)3312-5685 | licitacao@cohapar.pr.gov.br
<https://www.cohapar.pr.gov.br>

Esta mensagem pode conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. É vedado o uso e replicação destas informações se você não for um dos destinatários. Em caso de recebimento por engano, por favor, avise o remetente e descarte-a. O remetente e a Celepar não se responsabilizam por qualquer erro ou alteração da mensagem em função de sua transmissão via Internet.

Construtora Japurá <construtorajapura@gmail.com>
Para: Licitacao Cohapar <licitacao@cohapar.pr.gov.br>

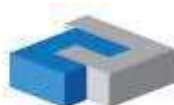
5 de setembro de 2025 às 13:38

Prezada, boa tarde.

Acuso o recebimento da solicitação e informo que a mesma está em análise e sendo devidamente tratada pela área de Engenharia da empresa.

Atenciosamente,

Tiago Artoni Favaro



**Construtora
Japura**

Claudinei Soares Da Rocha & Cia Ltda

Construtorajapura@gmail.com
RUA JARACATIÁ, N° 253-A - CENTRO - CEP 87.225-000
FONE - (44) 3635-1139 e (44) 3635-1453
CNPJ 05.326.878/0001-35 - INSC. EST. 901.04173-30
JAPURÁ - PARANÁ
www.constutorajapura.com.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Construtora Japurá <construtorajapura@gmail.com>
Para: Licitacao Cohapar <licitacao@cohapar.pr.gov.br>

5 de setembro de 2025 às 15:08

Boa Tarde.

Encaminha-se, por meio do presente, a Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA/PR), acompanhada da **manifestação técnica subscrita pelo Engenheiro Civil Douglas Pasian Santos**, regularmente registrado junto ao respectivo Conselho sob o nº 151769-D, em estrito cumprimento à diligência formulada por esta Administração, por meio eletrônico.

A documentação ora apresentada tem por finalidade atender aos requisitos de habilitação técnica exigidos no âmbito do certame licitatório em epígrafe, especialmente no que tange à comprovação da experiência profissional do referido responsável técnico, de realização de, no mínimo, 1.000,00 m² de Projeto de fundação para edificação em alvenaria ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo, conforme requer o item 4.2.1., subitem a.3. do Anexo II do Edital de Licitação. , conforme expressamente previsto nas cláusulas e condições estabelecidas no edital convocatório e demais normativos que regem a presente licitação.

Atenciosamente.

Tiago Artoni Fávaro.



Construtora
Japura

Claudinei Soares Da Rocha & Cia Ltda

Construtorajapura@gmail.com

RUA JARACATIÁ, N° 253-A - CENTRO - CEP 87.225-000

FONE - (44) 3635-1139 e (44) 3635-1453

CNPJ 05.326.878/0001-35 - INSC. EST. 901.04173-30

JAPURÁ - PARANÁ

www.constutorajapura.com.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos



OFÍCIO Nº 023-2025 - PDF.pdf
503K



ACERVO TÉCNICO.pdf
2567K



Claudinei Soares da Rocha & Cia. Ltda.
Rua Jaracatiá, 244 – Fone/Fax: (44) 3635-1139 – 3635-1453
CEP 87.225-000 - JAPURÁ - PARANÁ
E-mail: construtorajapura@gmail.com
www.construtorajapura.com.br

Ofício nº 023/2025

Japurá, 05 de Setembro de 2025.

À

Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR

Departamento de Licitações

Av. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, nº 800 – Cristo Rei

Curitiba – Paraná

Ref.: LC 18/2025 – ID 1069979 – Resposta à Diligência.

CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.326.878/0001-35, com sede na Rua Jaracatiá, nº 244, município de Japurá, Estado do Paraná, neste ato representada por seu responsável técnico, o Engenheiro Civil **Douglas Pasian Santos**, regularmente inscrito no CREA/PR sob o nº 151769-D, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, apresentar esclarecimentos técnicos em atenção à diligência solicitada no âmbito da Licitação **LC 18/2025 – ID 1069979**, conforme segue:

Os certificados de acervo técnico apresentados contemplam, de forma expressa, os serviços de elaboração de **projetos estruturais**, os quais abrangem os elementos fundamentais da estrutura da edificação, tais como **fundação, pilares, vigas e laje**, estando, portanto, integralmente compreendidos no escopo de um projeto estrutural.

Dessa forma, os referidos documentos atendem aos requisitos técnicos exigidos no edital da licitação em referência.



Claudinei Soares da Rocha & Cia. Ltda.
Rua Jaracatiá, 244 – Fone/Fax: (44) 3635-1139 – 3635-1453
CEP 87.225-000 - JAPURÁ - PARANÁ
E-mail: construtorajapura@gmail.com
www.construtorajapura.com.br

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, por meio do telefone (44) 3635-1139.

Atenciosamente.

DOUGLAS PASIAN

SANTOS:06092457911

Assinado de forma digital por
DOUGLAS PASIAN

SANTOS:06092457911

Dados: 2025.09.05 15:05:08 -03'00'

Douglas Pasian Santos
Engº Civil – CREA-PR – 151769/D
Responsável Técnico



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

**CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO**

1720250003050

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional DOUGLAS PASIAN SANTOS referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **DOUGLAS PASIAN SANTOS**

Registro: **PR-151769/D**

RNP: **1715123239**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL**

Número da ART: **1720223706420** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 13/07/2022 Baixada em: 14/05/2025 Forma de registro: Inicial
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA**

Contratante: **MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE** CNPJ: **75.476.556/0001-58**

Rua: **AVENIDA TAPEJARA Nº: 88**

Complemento: **Bairro: CENTRO**

Cidade: **PARAÍSO DO NORTE** UF: **PR** CEP: **87780-000**

Contrato: **celebrado em 02/12/2021**

Valor do contrato: **R\$ 16.360.412,25** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira**

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: **RUA CONDE FRANCISCO MATARAZZO Nº: S/N**

Complemento: **VÁRIAS QUADRAS E LOTES** Bairro: **LOTEAMENTO RESIDENCIAL ESPERANÇA**

Cidade: **PARAÍSO DO NORTE**

UF: **PR**

CEP: **87780-000**

Coordenadas Geográficas: **-23,285726 x -52,611849**

Data de início: **01/10/2022** Conclusão efetiva: **10/05/2024**

Finalidade:

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: **1- Execução de obra, Projeto arquitetônico de edificação de alvenaria, 6664,05 M2; 2- Projeto de estrutura de concreto armado, 6664,05 M2; 3- Projeto de instalações elétricas em baixa tensão para fins residenciais, 6664,05 M2; 4- Projeto de sistema de água potável, 6664,05 M2; 5- Projeto de instalação de sistema de esgoto sanitário, 6664,05 M2; 6- Projeto de acessibilidade de edificação para fins residenciais, 300,72 M2**

Observações da certidão:

O Crea-PR certifica os dados da ART.

O atestado anexado foi assinado eletronicamente.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1720250003050/2025

18/08/2025 11:21





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

**CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO**

1720250003050

Atividade concluída

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 139750/2025.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br> / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 139750/2025.

CAT nº 1720250003050 de 14/05/2025, página 2 de 3



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE

Avenida Tapejara, 88 – Centro – Cx. Postal nº 37 - CEP 87.780-000 - Fone: (044) 3431 8000

Paraíso do Norte – Estado do Paraná – CNPJ: 75.476.556/0001-58

www.paraisodonorte.pr.gov.br - e-mail: engenharia@paraisodonorte.pr.gov.br

urbanismo@paraisodonorte.pr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, inscrita no CNPJ: 75.476.556/0001-58, com sede em Paraíso do Norte, na Avenida Tapejara n.º88, Centro, neste ato representada pelo Sr. Lucas Fernando de Oliveira Barcelos Bica, identificado abaixo como signatário, ATESTA que o profissional Engenheiro Civil Douglas Pasian Santos, registro no CREA PR nº151.769-D e RNP nº 1715123239, realizou:

DADOS DA OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO:

1. Endereço da obra ou serviço técnico:

Rua Conde Francisco Matarazzo; Residencial Esperança; Paraíso do Norte/PR; CEP: 87.780-000.

Contrato: 50/2021 – Concorrência pública: 02/2021.

2. Atividades/serviços que efetivamente desenvolveu:

Projeto e execução de 147 unidades habitacionais, sendo 141 de modelo padrão com 45,13m² e 06 de modelo adaptável com 50,12m², totalizando 6.664,05m².

Dentre os projetos, englobam o arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário e de acessibilidade.

3. Empresa contratada:

Claudinei Soares da Rocha & Cia LTDA.

CNPJ: 05.326.878/000135

4. Período de realização dos serviços:

Data de início: 01/10/2022

Data de conclusão: 10/05/2024

Paraíso do Norte, 14 de maio de 2025.

LUCAS FERNANDO DE
OLIVEIRA BARCELOS
BICA:07422413948

Assinado de forma digital por LUCAS
FERNANDO DE OLIVEIRA BARCELOS
BICA:07422413948
Dados: 2025.05.14 10:59:32 -03'00'

Eng. Civil: Lucas Fernando de Oliveira Barcelos Bica
CREA/PR: 188298-D – RNP: 1719455074
CPF: 074.224.139-00



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO

4094/2021

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional DOUGLAS PASIAN SANTOS referente à (s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **DOUGLAS PASIAN SANTOS**

Registro: **PR-151769/D**

RNP: **1715123239**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL**

Número da ART: **1720213363422** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**

Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 08/07/2021 Baixada em: 09/07/2021 Forma de registro: Substituição
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE** CNPJ: **76.309.806/0001-28**

Rua: **CENTRO CIVICO** Nº: **100**

Complemento: **Bairro: ZONA 01**

Cidade: **CIANORTE** UF: **PR** CEP: **87200-127**

Contrato: **266/2018** celebrado em **28/02/2018** Vinculado a ART: **1720213362574, 20182428153**

Valor do contrato: **R\$ 620.252,25** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira**

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: **R GUARAPUAVA** Nº: **S/N**

Complemento: **QUADRAS E LOTES DO RESIDENCIAL RECANTO VERDE** Bairro: **ZONA 04**

Cidade: **CIANORTE**

UF: **PR**

CEP: **87210-062**

Coordenadas Geográficas: **-23,654565 x -52,588301**

Data de início: **01/07/2019** Conclusão efetiva: **26/03/2021**

Finalidade:

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: **1- Execução de obra, Projeto de sistema de abastecimento de água redes de distribuição de água, 7747 METRO**

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 205844/2021.

CAT nº 4094/2021 de 20/07/2021, página 1 de 7





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

**CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO**

4094/2021

Atividade concluída

Número da ART: **1720213364011** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 08/07/2021 Baixada em: 09/07/2021 Forma de registro: Substituição
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE** CNPJ: **76.309.806/0001-28**

Rua: CENTRO CIVICO Nº: 100

Complemento: Bairro: ZONA 01

Cidade: CIANORTE UF: PR CEP: 87200-127

Contrato: 266/2018 celebrado em 28/02/2018 Vinculado a ART: 1720213362574, 20182484622

Valor do contrato: R\$ 1.540.799,65 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: R GUARAPUAVA Nº: S/N

Complemento: QUADRAS E LOTES DO RESIDENCIAL RECANTO VERDE Bairro: ZONA 04

Cidade: CIANORTE

UF: PR

CEP: 87210-062

Coordenadas Geográficas: -23,654565 x -52,588301

Data de início: 01/07/2019 Conclusão efetiva: 26/03/2021

Finalidade:

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: **1- Execução de obra, Projeto de pavimentação asfáltica para vias urbanas, 27601,03 M2**

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do
Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> / Consultas Públicas, informando o
número do protocolo: 205844/2021.

CAT nº 4094/2021 de 20/07/2021, página 2 de 7





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

**CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO**

4094/2021

Atividade concluída

Número da ART: **1720213364607** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 08/07/2021 Baixada em: 09/07/2021 Forma de registro: Substituição
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE** CNPJ: **76.309.806/0001-28**

Rua: CENTRO CIVICO Nº: 100

Complemento: Bairro: ZONA 01

Cidade: CIANORTE UF: PR CEP: 87200-127

Contrato: 266/2018 celebrado em 28/02/2018 Vinculado a ART: 1720213362574, 20183110947

Valor do contrato: R\$ 437.651,03 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: R GUARAPUAVA Nº: S/N

Complemento: QUADRAS E LOTES DO RESIDENCIAL RECANTO VERDE Bairro: ZONA 04

Cidade: CIANORTE

UF: PR

CEP: 87210-062

Coordenadas Geográficas: -23,654565 x -52,588301

Data de início: 01/07/2019 Conclusão efetiva: 26/03/2021

Finalidade:

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: **1-** Execução de obra, Projeto de contenções em concreto armado, 9676,8 M2; **2-** Execução de obra, Projeto de muro, 3091,02 M2

Observações:

1. Muro de arrimo com estrutura em concreto armado / 2. Guarda-corpo de proteção

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 205844/2021.

CAT nº 4094/2021 de 20/07/2021, página 3 de 7





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

**CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO**

4094/2021

Atividade concluída

Número da ART: **1720213364194** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 08/07/2021 Baixada em: 09/07/2021 Forma de registro: Substituição
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE** CNPJ: **76.309.806/0001-28**

Rua: CENTRO CIVICO Nº: 100

Complemento: Bairro: ZONA 01

Cidade: CIANORTE UF: PR CEP: 87200-127

Contrato: 266/2018 celebrado em 28/02/2018 Vinculado a ART: 1720213362574, 20182855680

Valor do contrato: R\$ 103.752,73 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: R GUARAPUAVA Nº: S/N

Complemento: QUADRAS E LOTES DO RESIDENCIAL RECANTO VERDE Bairro: ZONA 04

Cidade: CIANORTE

UF: PR

CEP: 87210-062

Coordenadas Geográficas: -23,654565 x -52,588301

Data de início: 01/07/2019 Conclusão efetiva: 26/03/2021

Finalidade:

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: **1-** Execução de obra, Projeto de sinalização viária, 1904,77 M2; **2-** Execução de obra, Projeto de sinalização viária, 111 UNID

Observações:

1904,77m² - Pintura de faixas / 111 unidades - Placas de sinalização

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 205844/2021.

CAT nº 4094/2021 de 20/07/2021, página 4 de 7



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

**CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO**

4094/2021

Atividade concluída

Número da ART: **1720213363791** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 08/07/2021 Baixada em: 09/07/2021 Forma de registro: Substituição
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE** CNPJ: **76.309.806/0001-28**

Rua: CENTRO CIVICO Nº: 100

Complemento: Bairro: ZONA 01

Cidade: CIANORTE UF: PR CEP: 87200-127

Contrato: 266/2018 celebrado em 28/02/2018 Vinculado a ART: 1720213362574, 20182484550

Valor do contrato: R\$ 1.153.108,25 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: R GUARAPUAVA Nº: S/N

Complemento: QUADRAS E LOTES DO RESIDENCIAL RECANTO VERDE Bairro: ZONA 04

Cidade: CIANORTE

UF: PR

CEP: 87210-062

Coordenadas Geográficas: -23,654565 x -52,588301

Data de início: 01/07/2019 Conclusão efetiva: 26/03/2021

Finalidade:

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: **1- Execução de obra, Projeto de sistemas de drenagem para obras civis galeria, 3286,3 METRO**

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 205844/2021.

CAT nº 4094/2021 de 20/07/2021, página 5 de 7





Número da ART: **1720213362574** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 08/07/2021 Baixada em: 09/07/2021 Forma de registro: Substituição
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE** CNPJ: **76.309.806/0001-28**

Rua: **CENTRO CIVICO** Nº: **100**

Complemento: **Bairro: ZONA 01**

Cidade: **CIANORTE** UF: **PR** CEP: **87200-127**

Contrato: **266/2018** celebrado em **28/02/2018** Vinculado a ART: **20182768108**

Valor do contrato: **R\$ 40.100.000,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira**

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: **R GUARAPUAVA** Nº: **.**

Complemento: **QUADRAS E LOTES DO RESIDENCIAL RECANTO VERDE** Bairro: **ZONA 04**

Cidade: **CIANORTE**

UF: **PR**

CEP: **87210-062**

Coordenadas Geográficas: **-23,654565 x -52,588301**

Data de início: **01/07/2019** Conclusão efetiva: **26/03/2021**

Finalidade: **Outro**

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: **1-** Execução de obra, Projeto arquitetônico de edificação de alvenaria, 18162 M2; **2-** Projeto de estrutura de concreto armado, 18162 M2; **3-** Projeto de instalações elétricas em baixa tensão para fins residenciais, 18162 M2; **4-** Projeto de sistema de água potável, 18162 M2; **5-** Projeto de instalação de sistema de esgoto sanitário, 18162 M2; **6-** Projeto de acessibilidade de edificação para fins residenciais, 18162 M2

Observações:

401 UHS, sendo 388 UHS padrão com 45,13m² e 13 UHS adaptáveis para PNE com 50,12m²

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 4094/2021

18/08/2025 11:21

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 205844/2021.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 205844/2021.

CAT nº 4094/2021 de 20/07/2021, página 6 de 7



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.309.806/0001-28

ATESTADO DE RECEBIMENTO DE OBRA

- **Obra/Serviço:**

Loteamento residencial com 401 unidades habitacionais e infra-estrutura completa, implantados no então denominado Residencial Recanto Verde.

Contrato: 266/2018 – Concorrência Pública: 12/2017

Local de realização: Rua Guarapuava; Residencial Recanto Verde; Zona 04; Cianorte/PR; CEP: 87.210-062

Período de realização: 01/07/2019 a 26/03/2021.

- **Contratante:**

Município de Cianorte

CNPJ: 76.309.806/0001-28

- **Pessoa Jurídica Contratada:**

Claudinei Soares da Rocha & Cia. LTDA.

CNPJ: 05.326.878/0001-35

- **Responsável Técnico:**

Douglas Pasian Santos

Engenheiro Civil – CREA-PR 151769/D

RNP: 1715123239

- **Serviços Realizados:**

Projeto e execução de 401 unidades habitacionais, sendo 388 de modelo padrão com 45,13m² e 13 de modelo adaptável com 50,12m², totalizando 18.162,00m²; Rede de distribuição de água potável com extensão de 7.747,00m; 3.286,30m de rede de galeria de águas pluviais; Pavimentação asfáltica com 27.601,03m²; Sinalização vertical com 111 unidades; Pintura de 1.904,77m² de faixa de sinalização horizontal; 9.676,80m² de muro de arrimo com 3.091,02m² de guarda-corpo de proteção.

Cianorte, 19 de julho de 2021

Algacir Bortolato
Engenheiro Civil – CREA-PR 50.721/D
CPF: 017.728.069-78
RNP: 1700801163